

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL E ESPECIAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2000.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 de setembro de 2000, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. das Américas, 500, Bl. 13, Sala 205 – parte, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2. PRESENÇA: Presentes à Assembleia a totalidade dos acionistas com direito a voto e dos titulares das ações preferenciais classe A da Companhia, conforme se verifica das assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas”. 3. CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 4. MESA: Presidente: Sr. Mauro Sérgio de Oliveira; e Secretário: Sr. César Reinaldo Leal Pinto. 5. DELIBERAÇÕES: Com a finalidade de cumprir as exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários através do ofício CVM/SEP/GEA-1/ nº142/00, referente ao pedido de registro como companhia aberta, bem como através do ofício CVM/SRE/GER-2/Nº807/2000, relativo ao pedido de registro de emissão pública de debêntures, por unanimidade de votos, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1. Modificar o estatuto social da Companhia da seguinte forma: 5.1.2. Alterar a alínea “g” do Artigo 8º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “g) distribuição de dividendos e formação de reservas (art.38)”. 5.1.3. Modificar a alínea “i” do artigo 8º do estatuto social da Companhia, sendo a nova redação a seguinte: “i) alteração no caput deste artigo 8º e suas alíneas”. 5.1.4. Alterar a alínea “c” do artigo 8º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “c) estrutura e o valor do capital social além do limite estipulado no artigo 11, inclusive em caso de incorporação, fusão ou cisão;”. 5.1.5. Incluir o parágrafo 1º e alterar o caput do artigo 11 do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 11 – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de reforma estatutária até o limite de 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, sendo que as ações emitidas na forma deste artigo 11 deverão ser integralizadas à vista, mediante conferência de bens ou em moeda corrente. § 1º – Os acionistas sempre terão assegurado o direito de preferência para a subscrição de aumento de capital da Companhia, inclusive nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das S.A., na proporção do número de ações que possuírem.” 5.1.6. Alterar o caput do artigo 30 do estatuto social da Companhia, sendo a nova redação a seguinte: “Artigo 30 – Compete a Diretoria exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social, a Assembleia Geral e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários à consecução do objeto social da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos neste Estatuto.” 5.1.7. Elidir os parágrafos 1º e 5º do artigo 35 do estatuto social da Companhia, renumerando os demais parágrafos. 5.1.8. Considerar a segunda parte do artigo 38 do estatuto social da Companhia como o §1º deste artigo e excluir do seu texto o termo “do”, passando a vigorar com a seguinte redação: “§ 1º - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que trata o caput deste artigo, destinar-se-á:” 5.1.9. Alterar a redação da alínea “c” do artigo 38 do estatuto social da companhia, sendo a nova redação a seguinte: “c) o saldo remanescente dos lucros será integralmente destinado pela administração nas Demonstrações Financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.” 5.1.10. Excluir o artigo 39 do estatuto social da Companhia. 5.1.11. Alterar o caput do artigo 42 do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 42 – É vedado à Companhia deliberar sobre a captação de recursos financeiros de qualquer outra forma que não pela emissão de debêntures, nos termos da deliberação da Assembleia Geral que aprovar os termos e condições da referida emissão.” 5.1.12. Consolidar o estatuto social da Companhia, refletindo as alterações ora deliberadas e, conseqüentemente, renumerando os artigos do estatuto social, passando este a ser o Anexo 1 a presente ata. 5.2. Reratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral e Especial Extraordinária dos Acionistas, realizada no dia 30 de julho de 2000, sobre a 1ª emissão pública de debêntures simples em série única da espécie subordinada (“AGE das Debêntures”), alterando a redação das deliberações da seguinte forma: 5.2.1. Inserir um parágrafo na deliberação constante do item 1.17 da ata da AGE das Debêntures, e alterar o terceiro parágrafo da referida deliberação, que passará a vigorar com a seguinte redação: “A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente, condicionado ao recebimento dos valores a ela devidos pela CEMIG, sendo certo que nesta hipótese, ocorrerá vencimento antecipado das parcelas devidas pela CEMIG, em conformidade com o item 5 do Contrato de Compra e Venda de Ações (Anexo II à Escritura de Emissão), de forma que o valor do vencimento antecipado seja o necessário ao resgate antecipado das debêntures. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido. Caso a repactuação venha a ser aceita apenas por parte dos titulares das Debêntures, o vencimento antecipado das parcelas devidas pela CEMIG será proporcional ao número de Debêntures resgatadas antecipadamente em função da não aceitação da repactuação sobre o total das Debêntures.” 5.2.2. Alterar o primeiro parágrafo da deliberação constante no item 1.24.3 da ata da AGE das Debêntures, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Ocorrendo o Inadimplemento Justificado, e após transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias citado no item 1.24.1, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos à multa não compensatória de 1 % (hum por cento) e juros de mora de 1 % (hum por cento) ao mês, nos termos do item 1.26 e a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a promover procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais de cobrança do Contrato de Compra e Venda, bem como de quaisquer outros valores que, por força do disposto no Contrato de Compra e Venda, sejam devidos à Emissora, desde que tais procedimentos sejam previamente aprovados pelos debenturistas.” 5.2.3. Alterar a deliberação constante do item 1.28 da ata AGE das Debêntures, que passará a vigorar com a seguinte redação: “A Emissora poderá, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos admitidos na legislação em vigor), adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.” 5.2.4. Alterar a deliberação constante do item 1.29 da ata AGE das Debêntures, que passará a vigorar com a seguinte redação: “A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos admitidos na legislação em vigor), promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo valor do saldo devedor até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal atualizado acrescido do valor da remuneração estabelecida nos itens 1.15 e 1.16, calculados pro rata temporis. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 1.31, inclusive no que concerne às regras do sorteio.” 5.2.5. Excluir a última frase da deliberação constante no item 1.32 da ata da AGE das Debêntures, passando a vigorar com a seguinte redação: “A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das

debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures." 5.2.6. Ratificar todas as demais deliberações tomadas na Assembléia Geral e Especial Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de julho de 2000, que não foram alteradas pela presente ata. 5.3. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia Geral e Especial Extraordinária, em forma de sumário nos termos do Parágrafo 1º, artigo 130, Lei nº 6.404/76, que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas da Companhia. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação, declarou encerrados os trabalhos da assembléia e suspendeu-os pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. 7. ASSINATURAS: Secretário: Sr. Cesar Reinaldo Leal Pinto; Presidente: Sr. Mauro Sérgio de Oliveira; Oliveira Trust Servicer Ltda. e Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Marcus Venícius Pellinelo da Rocha e Carlos Alberto Bacha). Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2000. Cesar Reinaldo Leal Pinto - Secretário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.

UHESC S/A



C0001107798

DATA : 09/10/2000

Márcia Cristina V. Contreiras
SECRETÁRIA GERAL